

CAPÍTULO 10

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: TRAJETÓRIA, REDES E PODER SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

*Polyanne de Souza*¹
*Josélia Dalmaschio*²
*Alyne dos Santos Gonçalves*³
*Marta Zorzal e Silva*⁴

Resumo:

Os dados mapeados no presente artigo fazem parte de um estudo preliminar sobre as articulações que se estabelecem entre as organizações da sociedade civil para influenciar os processos decisórios e entre estas e o Estado no Espírito Santo. Nossa investigação se debruça especificamente sobre a Federação das Indústrias do Estado do ES (Findes), com ênfase em suas principais características, objetivos, estratégias de atuação, desafios, princípios ético-políticos e articulações que desenvolve dentro do espaço público capixaba, no sentido de viabilizar a concretização de suas pretensões político-econômicas. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que, por meio de análise documental e de entrevistas submetidas ao método do *Discurso do Sujeito Coletivo*, detectou algumas mudanças no comportamento do empresariado capixaba nos últimos 15 anos, sobretudo no sentido de ultrapassar as fronteiras corporativistas que fragmentam a classe em nome de um projeto coletivo comum para o desenvolvimento econômico do ES. Apesar disso, a Federação parece ainda reproduzir algumas das características do corporativismo tradicional, deixando, assim, pouco espaço para ações políticas de maior amplitude.

¹ Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais - UFES

² Graduanda em Ciências Sociais, bolsista de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES.

³ Mestre em História Social das Relações Políticas (UFES), bolsista de aperfeiçoamento (FACITEC, 2008-2009) e pesquisadora do LEP-NEPCS

⁴ Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFES.

Palavras-chave: Democracia; Empresariado; Espaço Público Capixaba; Ações Coletivas; FINDES.

Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder do Observatório de Políticas e Práticas Participativas – OPPP / PPGADM / UFES.

10.1 – Introdução

No debate acadêmico contemporâneo, as relações entre sociedade civil e Estado, tratadas da perspectiva da contribuição dessas relações para o alargamento da democracia, têm se constituído em um eixo fecundo de pesquisas. Um dos focos desse debate centra-se no estudo do papel do empresariado como importante ator na configuração do poder político e principal protagonista na definição das políticas de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a busca de maior compreensão sobre as formas assumidas pelo comportamento dos atores do mundo empresarial, e suas articulações corporativas por meio de instituições como as Federações e Associações empresariais, por um lado, e com o sistema político, por outro, tem se constituído em uma das vertentes mais fecundas de estudos que buscam lançar luz sobre as questões do desenvolvimento econômico e das instituições políticas democráticas.

Examinar o comportamento dos atores do setor empresarial na sociedade brasileira é de fundamental importância para ampliar o conhecimento disponível sobre esses processos no país. Do ponto de vista da sociedade capixaba, significa a possibilidade de iniciar estudos que possam esclarecer as articulações empreendidas na construção do espaço público local. Pouco ou quase nada se sabe sobre a rede de relações constituídas no âmbito da sociedade civil capixaba pela Findes e o papel que ela cumpre na arena política, no sentido de influenciar e mesmo produzir ações e articulações com a finalidade de sustentar o poder político estadual.

Por outro lado, a globalização da economia e a abertura comercial no Brasil acarretaram, a partir de 1990, reestruturações produtivas e gerenciais nas empresas, e vem contribuindo para o crescimento do desemprego, alterando o mercado de trabalho e enfraquecendo os sindicatos. Esse quadro revela, também, impasses e desafios para a representação empresarial, o que significa repensar suas estratégias de ação.

Neste sentido, este subprojeto, que faz parte da pesquisa *Trajelórias, Redes e Poder: Aspectos das Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o Discurso do Sujeito Coletivo*, coordenada pelas professoras: Dra. Marta

Zorzal e Silva e Dra. Márcia Prezotti Palassi e desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Políticos (LEP), do curso de Ciências Sociais (CSO) da UFES, visa contribuir para o estudo sobre as conexões que se estabelecem entre Findes, sociedade civil capixaba e Estado no Espírito Santo, considerando o *olhar* daquela instituição sobre tais relações, isto é, partindo de seu *discurso coletivo* para compreender as principais características, objetivos, estratégias de atuação, desafios, redes sociais e princípios ético-políticos que marcam a presença deste ator social no cenário político capixaba.

10.2 – Revisão de literatura

Nos anos 1950, o pioneiro estudo de Hélio Jaguaribe e Néelson Werneck Sodré (1958) inaugurou uma extensa lista de trabalhos sobre a atuação política do empresariado brasileiro nos processos econômicos e políticos do país. Daí em diante, muitas foram as análises sobre a força ou fraqueza desse ator em termos de organização de classe, articulação com outros grupos sociais para a consecução de determinados fins e/ou influência no poder decisório nacional (MANCUSO, 2007).

Limitando-nos à produção mais recente, e de maneira bem esquemática, poderíamos classificar essa literatura em trabalhos que i) buscaram demonstrar a suposta incapacidade dos empresários brasileiros em desenvolver uma *ação coletiva* capaz de acomodar e canalizar os diferentes interesses setoriais para a concretização de objetivos comuns; e ii) analisaram determinados processos de mobilização e organização política do empresariado no sentido de influenciar no processo de industrialização e mesmo de internacionalização da economia nacional (Ibidem).

Mancuso e Oliveira (2006) posicionam-se claramente contra a tese da debilidade política do empresariado nacional⁵, segundo a qual estes seriam incapazes de agir em concerto a partir de objetivos consensuais, devido ao alto grau de fragmentação setorial interno à classe e à pequena representatividade

⁵ Segundo Mancuso (2007), os maiores expoentes dessa tese seriam autores brasilianistas como Schneider (1997a; 1997b; 1998; 2002; 2004), Weyland (1998a; 1998b; 2001), Kingstone (2001), entre outros.

conquistada pelas entidades de maior abrangência (federações e confederações patronais).

Tais fatores, por sua vez, seriam resultantes de determinadas características do corporativismo brasileiro, nomeadamente a setorização dos interesses em organizações sindicais distintas, cada qual abrangendo categorias econômicas específicas, como alimentos e bebidas, calçados e confecções, mármore e granito, etc.⁶, e a equiparação no interior das federações e confederações entre o “peso” de entidades de menor porte e aquelas de maior importância. Desse modo, as práticas corporativistas legalmente estabelecidas “... distorcem a importância relativa dos diversos segmentos empresariais, exagerando a importância dos segmentos menores e atenuando a importância dos segmentos mais expressivos” (Mancuso e Oliveira, 2006: 153).

A seleção das lideranças dessas entidades obedece à mesma lógica: a escolha recai, geralmente, sobre empresários de menor porte, provenientes de regiões pouco expressivas economicamente. Daí que, “... justamente os segmentos empresariais de maior poderio econômico não se reconhecem plenamente nessas entidades” (ibidem: 154). Desta feita, a pequena representatividade das federações e confederações patronais junto aos grandes grupos empresariais redundaria, segundo a tese da debilidade política do empresariado brasileiro, na falta de condições em articularem ações coletivas que unificassem a classe.

Apesar de não refutá-la definitivamente⁷, os referidos autores questionam a validade absoluta desta tese, argumentando que o empresariado brasileiro ao longo dos anos 1990 conseguiu certo grau de mobilização política supra-setorial no decorrer de dois processos de mobilização: na articulação pela diminuição do *custo Brasil* e nos trabalhos de fortalecimento de sua

⁶ A estrutura vertical e hierarquizada do corporativismo brasileiro estende a referida setorização às entidades de grau superior: as federações patronais, por exemplo, reúnem sindicatos de um mesmo segmento econômico, ou seja, industrial, comercial ou setor de serviços.

⁷ Vários estudos apontam para a organização empresarial em outros momentos históricos de crise ou de transformações conjunturais, seguida de longos períodos de refluxo e desmobilização, como as reformas de base do Gov. João Goulart; a elaboração da Lei de Modernização dos Portos, em 1993; a campanha pela reforma tributária no Governo FHC; etc. Ou seja, os autores reconhecem a ausência de organização permanente ou estrutural do empresariado, em termos de ação política coletiva (Mancuso e Oliveira, 2006: 168-169).

representação internacional, no contexto das negociações relativas à ALCA (ibidem).

O curioso é que ambos os processos contaram com a liderança política decisiva da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a entidade de cúpula que representa os interesses desse setor, ou seja, um dos maiores símbolos do corporativismo brasileiro, supostamente responsável pela incapacidade política dos empresários em desenvolver ações coletivas.

No primeiro caso, a CNI organizou o seminário *Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional* (maio de 1995), que colocou frente a frente, pela primeira vez, empresários e parlamentares de diferentes partidos para discutir possibilidades de incrementar a competitividade das empresas brasileiras. A partir de então, decidiu investir em um trabalho permanente de acompanhamento do Parlamento nas questões relativas ao custo Brasil, dando origem à *Agenda Legislativa da Indústria* (1996), “uma publicação anual que destaca, dentre o conjunto de proposições legislativas que estão em tramitação no Congresso Nacional, as proposições com maior capacidade para aumentar ou reduzir a competitividade sistêmica das empresas brasileiras” (ibidem: 155).

Entre outras informações, a *Agenda* traz a *posição consensual* da indústria diante de cada proposição legislativa, podendo ela ser convergente, convergente com ressalvas, divergente com ressalvas ou divergente. Desde 1997, o anuário vem sendo escrito com a participação das 27 federações industriais (26 estados mais DF) e desde 2001, com a colaboração de diversas entidades de abrangência nacional, que não fazem parte da estrutura corporativista.

O que teria possibilitado, ainda segundo Mancuso e Oliveira (2006), a superação de determinados problemas de ação coletiva⁸ para organizar o empresariado seria justamente o fato de a CNI ser uma associação de cúpula. Isto implica tanto em seu dever de promover os interesses coletivos da classe

⁸ A literatura aponta alguns problemas que atuam como obstáculo para a ação coletiva, entre eles o fenômeno da *carona*. Os *caroneiros* seriam aqueles que, mesmo reconhecendo os benefícios da ação coletiva, decidem não participar dela, esperando que outros o façam, de

que representa quanto na vantagem de contar com uma fonte de renda estável para o investimento nesse tipo de ação, o que lhe é garantido pela contribuição sindical obrigatória. Desse modo, a CNI assumiu todos os custos da ação coletiva no processo de constituição da Agenda Legislativa, reduzindo assim os ônus de participação de outras organizações. Ao fazê-lo, desempenhou o papel de *empreendedor político*, isto é, de “ator que decide, por conta própria, assumir o custo necessário para deflagrar e organizar a ação coletiva, tendo em vista a provisão do benefício por todos almejado” (ibidem: 158).

Já no contexto da primeira fase de negociações da Alca (1994-1996), o empresariado nacional viu-se diante de um inesperado nível de organização e participação da delegação norte-americana nos debates, fato que acentuou ainda mais o já tradicional despreparo, fragmentação e improvisação dos representantes empresariais brasileiros em ocasiões semelhantes. Como reação a este estado de coisas, e diante da perspectiva de aumento do processo de abertura econômica com a integração hemisférica, a CNI em conjunto com empresários de projeção internacional, se deu conta da urgente necessidade de estruturar a representação internacional da classe e de que esta fosse autônoma da tutela governamental. Assim, criou em 1996 a *Coalizão Empresarial Brasileira* (CEB), entidade multissetorial de abrangência nacional, para representar os interesses empresariais no plano externo. A CEB deveria formular o posicionamento do setor privado e, a partir dessa base sólida, exercer influência junto ao governo, subsidiando a posição oficial em negociações internacionais de interesse do setor privado.

Mais uma vez, foi a própria estrutura corporativista da CNI que “emprestou” os recursos necessários à ação coletiva em questão, sendo que os empresários envolvidos não tiveram que investir fundos e estrutura próprias para tanto. Na visão de Mancuso e Oliveira, isso é um indicativo de que “o modelo corporativo de organização não implica necessariamente incapacidade de ação coletiva do empresariado – antes, pode favorecê-la” (ibidem: 164).

modo que possam usufruir de tais benefícios sem, contudo, investir quaisquer recursos para conquistá-los (cf. Mancuso e Oliveira, 2006).

Apesar de também atribuir grande força de mobilização aos grupos empresariais, Eli Diniz (2000) questiona a natureza das articulações periodicamente forjadas intra e extraclasse, notando que não rompem com a setorização herdada da estrutura corporativista varguista; nem fortalecem a representatividade das instituições patronais tradicionais junto aos seus beneficiários.

Segundo ela, a construção do capitalismo industrial no país teve como pano de fundo uma engenharia político-institucional herdada do Governo Vargas, que agregou os interesses privados de maneira a privilegiar certos segmentos sócio-econômicos (empresários, especialmente do setor industrial) em detrimento de outros (trabalhadores). Por outro lado, o modelo implantado acabou por esvaziar a arena parlamentar-partidária, concentrando o poder decisório no Executivo em articulação direta com o setor privado. Esta articulação se dava por meio de negociações bilaterais que se desenvolviam no âmbito dos Conselhos e Comissões econômicas – arenas de negociação de natureza mais técnica que política, que obstaculizavam tanto o controle público quanto a participação de partidos e outros agentes políticos no processo de construção das políticas econômicas setoriais. Neste contexto, foram criados o CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), CPA (Conselho de Política Aduaneira), Comissão de Revisão de Tarifas do Ministério da Fazenda, CACEX (Carteira de Comércio Exterior, do Banco do Brasil), entre outros (ibidem).

Desse modo, a estrutura corporativista institucionalizou uma sistemática de negociação de caráter setorial e bipartite entre representantes do empresariado e integrantes dos altos escalões burocráticos, dando origem, em alguns casos, à chamada privatização do Estado. Por outro lado, a participação dos trabalhadores em arenas de negociação ficou restrita à presença dos sindicatos operários, representando os interesses de suas respectivas categorias. Este modelo político-institucional não favoreceu a prática de negociações mais amplas, de caráter mais político, com representantes do conjunto dos empresários ou do conjunto dos trabalhadores (Diniz, 2000).

Muito embora a crise em escala mundial dos anos 1980 e a configuração de uma nova ordem internacional (globalização neoliberal) tenham colocado novos

desafios ao empresariado nacional (aumento da dívida externa e da inflação, programas de estabilização, reformas orientadas para o mercado), a estratégia adotada para enfrentá-los não foi no sentido de romper a fragmentação e buscar saídas conjuntas para problemas comuns. Ao contrário, o grau de dispersão dos interesses foi aumentado a partir da criação de novas organizações com atividades que se justapunham à já complexa estrutura dual de representação empresarial (sindicatos e associações), como o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) e o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) (ibidem).

Embora a pluralização dos órgãos de representação empresarial tenha aumentado os canais de participação política e a autonomia em relação às estruturas corporativas, esse processo também contribuiu para o aumento do conflito de interesses, dificultando ainda mais a existência de interlocutores reconhecidos pelo conjunto dos empresários, capazes de costurar acordos supra-setoriais passíveis de serem acatados por todos. Este foi, aliás, um dos elementos que inviabilizou o sucesso dos planos de estabilização econômica dos Governos Sarney e Collor (ibidem).

Apesar da falta de mecanismos que possibilitem a atuação e organização *permanente* do empresariado enquanto ator coletivo politicamente influente, a autora aponta para importantes inovações institucionais que vieram revitalizar a relação Estado/setor privado. No contexto do predomínio do estilo técnico de gestão pública do início dos anos 90, surgem as *Câmaras Setoriais* como novas arenas de articulação e negociação ao redor de interesses empresariais. A novidade está em que são arenas tripartites, nas quais os trabalhadores – por meio de suas lideranças sindicais – são reconhecidos como interlocutores legítimos para a formulação de políticas setoriais. A ruptura da relação diádica e excludente, própria da tradição corporativa brasileira, permitiu uma maior representatividade dos interesses envolvidos nas negociações efetivadas nas Câmaras Setoriais, além de ampliar o alcance dos acordos articulados entre um número maior de atores sociais (ibidem).

Tal ruptura não significou, porém, a superação da setorização dos interesses e o prevalecimento da ótica do interesse público (subordinação das negociações

a critérios de teor abrangente e alcance global), o que exigiria tanto a incorporação de lideranças sindicais ao redor de um projeto alternativo de desenvolvimento, quanto a superação da falta de unidade derivada da estrutura dual de representação de interesses, que mantém o caráter setorial e particularista do corporativismo varguista (ibidem).

A complexidade do debate resumidamente apresentado demonstra que a temática da participação política do empresariado brasileiro ainda tem muito que ser estudada. Apesar dos muitos trabalhos acadêmicos produzidos sobre este ator, o tema costuma girar em torno de sua participação no processo de desenvolvimento econômico. Poucas são as análises voltadas para as entidades representativas do empresariado que tomam por base sua relação com as instituições democráticas nacionais (COSTA, 2005).

Neste sentido, nosso trabalho está inserido no esforço de colaborar para a compreensão dos padrões de ação política do empresariado face ao arranjo político institucional democrático brasileiro, na medida em que se debruça sobre o discurso coletivo da Findes para nele buscar o sentido de suas ações políticas e possibilitar uma maior visualização das articulações que vem construindo com a sociedades civil e política capixabas.

10.3 – Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa e descritiva, para a qual utilizamos fonte documental como Mapas Estratégicos, Estatuto, Agenda Legislativa (2003-2009), Prospectos informativos sobre a estrutura organizacional, assim como sobre a história dessa entidade. Os dados extraídos desta documentação foram confrontados com entrevistas abertas realizadas entre 2008 e 2009 com cinco membros da Federação, cujo critério de escolha observou: o grau de representatividade desses sujeitos dentro e fora da instituição, isto é, aqueles que estão “autorizados” a falar pela entidade – seja pela função desempenhada, seja pelo destaque pessoal enquanto liderança. A partir dos discursos individuais destes atores, elaboramos o discurso do sujeito coletivo Findes (DSC), conforme explicado anteriormente, no item referente à metodologia de pesquisa utilizada no presente relatório.

O perfil dos entrevistados pode ser assim descrito: um deles teve praticamente toda sua trajetória profissional marcada por atuação em órgãos governamentais diretamente ligados a políticas industriais, tendo sido convidado inclusive para atuar no Chile como representante do Brasil na América Latina. Atuou ainda no Congresso Nacional em comissão mista para apoiar o desenvolvimento de alguns setores da indústria. O segundo sujeito atuou como presidente de sindicato filiado à Federação e, posteriormente, como presidente da Findes. O terceiro entrevistado trabalhou em grandes indústrias da iniciativa privada no estado e mais tarde se tornou empresário no ramo de confecções, vindo a ocupar o cargo de presidente do sindicato desse setor; atuou como diretor secretário da Findes e Conselheiro, chegando ao cargo de presidente da Federação. O quarto sujeito vem de uma longa trajetória na vida sindical patronal, inclusive como presidente e atuou na direção da Federação, estando à época da entrevista ocupando esse cargo na Findes. Por fim, o quinto sujeito também participa ativamente de sindicato filiado e com o tempo passou a colaborar com o Sistema Findes, atuando à época da entrevista no CAS (Centro de Apoio aos Sindicatos).

10.4 – Resultados

A *Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo* (Findes) é uma entidade sindical de grau superior que cuida dos interesses institucionais dos industriais. Por meio de seus Conselhos Técnicos e Câmaras Setoriais discute tendências e lança diretrizes para ações de apoio e assessoria às indústrias. Suas três delegacias regionais buscam aproximar a entidade do empresário nos pólos industriais do Estado: Colatina, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim. Por meio do Centro de Apoio aos Sindicatos (CAS), a Findes coloca a disposição dos sindicatos filiados, 30 ao todo, uma equipe de especialistas que presta serviço nas áreas institucional, administrativa e financeira (cf. Prospecto da instituição: *Quem é quem do Sistema Findes*, atualizado em dez. 2008).

A Findes desenvolve e coordena estudos, pesquisas e projetos para orientar as ações de promoção industrial e novos investimentos no Estado e faz parte do Sistema Findes, que é composto por entidades que trabalham de forma integrada para o desenvolvimento da indústria capixaba. São elas: Centro da

Indústria do Espírito Santo (CINDES), que promove ações e eventos econômicos, políticos, entre outros, com vistas ao desenvolvimento econômico do estado; o Serviço Social da Indústria (SESI), que tem como objetivo promover a qualidade de vida do trabalhador da indústria e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-ES), voltado para a educação profissional e difusão das inovações tecnológicas; o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que se dedica ao desenvolvimento empresarial e aperfeiçoamento da gestão, além da oferta de programas de estágios e bolsas. Atua também em cooperação com centros tecnológicos e de pesquisa, no Brasil e no exterior, para o desenvolvimento de projetos para atendimento das demandas empresariais; por fim, o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES) que é a entidade responsável em apoiar a Findes nas áreas de defesa de interesses e de competitividade da indústria capixaba (Ibidem).

10.4.1 – Traços Identitários da instituição

Como traços identitários entendemos as principais características da instituição, aquilo que, segundo os entrevistados, a define e confere identidade, permitindo sua diferenciação com relação a entidades afins.

No DSC abaixo temos algumas informações sobre a organização da instituição:

A Federação é formada por sindicatos, [são] 30 sindicatos da indústria, todos os sindicatos que representam os setores industriais tão aqui. Para entrar na Federação têm que ser sindicato que representa a indústria, você tem o Centro da Indústria que a pessoa física pode participar, na Federação não, só os sindicatos. O IEL pra planejar, pra atuar junto aos empresários; temos SENAI para cursos técnicos; temos o SESI para educação, lazer, cultura dos trabalhadores. O objetivo do SENAI é formar mais técnicos, o do SESI é aumentar o número de estudante, o SESI é a segunda rede escolar do estado; o IEL é pra preparar os empresários e o IDEIES é a unidade pensante; CINDES foi formado por industriais, pessoas físicas, pessoas jurídicas, comerciantes, qualquer negócio, pra ser uma entidade que pode participar de qualquer evento, uma coisa mais aberta, que pode ter ações políticas. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

Outra característica destacada pela Federação em seu discurso coletivo foi a representatividade que goza junto ao empresário da indústria, sendo que sua presença forte e constante nas arenas de negociação política do estado foram apontadas como fonte de autorização para falar em nome deste setor. Observe-se que, em relação ao papel de representante que legalmente desempenha enquanto federação, os aspectos formais que lhe outorgam o caráter de entidade sindical de cúpula (diretoria eleita pelos sindicatos que compõem o sistema, mensalidade sindical, mecanismos de prestação de contas, etc.) não foram citados enquanto fundamento desta representatividade, mas a competência – portanto, a qualidade – demonstrada no exercício de tal função.

A Federação das Indústrias é uma entidade forte, ela atua de forma muito positiva, muito direta com o setor, né? Dentre as federações nacionais, é uma das mais significativas, com grande influência política. Ela representa os interesses gerais de sua classe aos governos tanto da esfera estadual, municipal e federal. Ela está presente nas decisões do Congresso e negociando sempre para o desenvolvimento de suas indústrias. O ES se destaca muito com crescimento industrial, em função de fortes indústrias, poucas, mas fortes, o Estado que mais cresce em relação ao próprio país, e esse destaque vem mais pela atuação efetiva da direção, onde nós temos um presidente muito atuante, com acordos políticos muito fortes e que tem projetado muito a Federação num cenário político estadual. *Hoje* podemos dizer que a Federação ocupa grande parte da mídia opinando, fazendo grandes diagnósticos, contribuindo muito com o crescimento do Estado, ajudando no direcionamento das políticas industriais, investimentos, enfim é uma federação que *hoje* é muito respeitada, com grande representatividade no setor industrial (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009. Destaques nossos).

Neste sentido, o DSC acima parece apontar para uma leitura sobre representação sindical que considera, para além dos aspectos meramente formais, a questão da *qualidade* da representação (representatividade), portanto a importância de agregar a ela outros elementos de autorização/legitimação, ademais dos eleitorais. Note-se, ainda, que a novidade desta postura aparece marcada na palavra *hoje*, uma possível

indicação de que, anteriormente⁹, a atuação da representante estadual dos interesses industriais poderia ser caracterizada como mais fraca, menos propositiva, com pequena força de mobilização política – fosse através de acordos políticos, fosse pela emissão de opinião influenciável através da mídia. De todo modo, os dados também mostram uma transformação no comportamento político da Findes, no sentido de buscar ir além do que tradicionalmente se espera de uma entidade sindical, considerando o caráter setorializado e, digamos, “economicista” (limitado aos debates econômicos, pragmáticos e imediatistas) herdado do corporativismo varguista (cf. DINIZ, 2000). Acompanhando iniciativas como a Agenda Legislativa da Indústria, articulada em 1996 pela CNI (MANCUSO e OLIVEIRA, 2006), a Findes inaugura, a partir de 2003, um período de atuação propositiva junto ao Legislativo capixaba, na qual fala em nome não apenas do setor industrial, mas da classe empreendedora ou do setor produtivo como um todo. Trata-se da *Agenda Legislativa da Findes*, um conjunto de revistas anuais ou semestrais que contêm o posicionamento da instituição em relação aos Projetos de Lei ou de Emenda Constitucional propostos pelos deputados estaduais ou pelo Poder Executivo. Além de expressar sua opinião quanto ao conteúdo das matérias – variando entre convergente, convergente com ressalvas, divergente com ressalvas e divergente – justificam-na e, inclusive, tomam iniciativa legislativa diante do Parlamento estadual, sugerindo alterações e/ou complemento às mesmas.

⁹ Os entrevistados apontaram diversas vezes, como veremos a seguir, para as mudanças ocorridas na Federação a partir da presidência que assume em 2003.

QUADRO 05 – FINDES: Agenda Legislativa – 2003/2008					
Projeto/Ano	Área	Assunto	Proponente	Posição da Findes	Argumentos/Justificativas
PL 511/03	Políticas sociais	Dispõe sobre a cobrança de taxa mínima de água e esgoto para entidades filantrópicas de utilidade pública municipal ou estadual.	Marcos Gazzani (PRTB)	D	O empresariado industrial teme que a aceitação desta proposta possa resultar em penalização não só do setor, assim como da sociedade em geral com o aumento das tarifas.
PL 232/06	Regulação da Economia e Gestão Pública	“Proíbe no Estado do Espírito Santo qualquer publicidade de cigarro e de produtos derivados do tabaco”	Cabo Elson (PDT)	D	A classe empreendedora não apóia qualquer iniciativa que limite a liberdade de comunicação, direito constitucional do cidadão brasileiro.
PL 82/07	Proteção ao Meio Ambiente	“Estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas e dá outras providências”.	Cláudio Vereza e Givaldo Pereira (PT)		A classe empreendedora capixaba, em reunião com o deputado Cláudio Vereza, autor do projeto, solicitou a participação dos setores envolvidos na discussão da proposição, a fim de juntos construírem uma legislação favorável ao desenvolvimento do Estado, em prol do meio ambiente e do empreendedorismo, (...) fomentando desta forma a democracia e o diálogo. Acreditamos que ações como estas só vêm a corroborar com o crescimento e desenvolvimento do Espírito Santo.

Por outro lado, como podemos ler na última linha da tabela acima, a Federação se dispõe a interferir também em temas que tocam à sociedade como um todo, ainda que estes não estejam ligados necessária ou diretamente aos interesses industriais, tocando questões anteriores às demandas corporativas, que é a dimensão do humano, da cidadania, do meio ambiente, de outros grupos sociais. Neste sentido, a Findes fala em nome de ou em benefício/malefício de uma coletividade indeterminada, alheia a seus interesses mais imediatos, mostrando, assim, uma dimensão da representação maior do que a questão sindical (cf. GURZA LAVALLE et al., 2006b).

QUADRO 06 – FINDES: Agenda Legislativa – 2003/2008

Projeto/Ano	Área	Assunto	Proponente	Posição da Findes	Argumentos/Justificativas
PL 420/07	Política Tributária	“Assegura aos idosos a isenção do pagamento de pedágio em rodovias estaduais e dá outras providências”.	Cacau Lorenzoni (PP)	D	A concessão desta isenção, além de ser de difícil implementação, pois o beneficiado teria que se identificar todas as vezes que passasse pelo pedágio, certamente acarretará no repasse destes custos para os demais usuários , afetando assim toda a coletividade .
PL 464/07	Política Tributária	“Institui direito de retorno na utilização de pedágios”.	Euclério Sampaio (PDT)	D	A princípio, o projeto parece desonerar os usuários da ponte e rodovia administrados pela Concessionária Rodovia do Sol S.A. Entretanto, esse objetivo poderia ser distorcido e a iniciativa acabar justificando o aumento dos preços dos pedágios, penalizando sobremaneira os usuários que não efetuarem retorno na mesma data.
PL 09/08	Política Tributária	“Concede descontos gradativos no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA aos proprietários de veículos sobre os quais não constarem registros de infração de trânsito, na forma que especifica”.	Marcelo Santos (PTB)	C	Apoiamos o projeto já que visa premiar aqueles que respeitam às leis de trânsito e com isto contribuem para a segurança nas nossas ruas, estradas e rodovias.
PL 50/07	Proteção ao Meio Ambiente	“Determina ao governo do estado do Espírito Santo a realizar monitoramento da balneabilidade nos principais fluxos fluviais existentes no estado”.	Dr. Wolmar Campostrini (PDT)	CR	É de competência do Estado ter um programa mínimo e eficiente de monitoramento da qualidade do ar em regiões críticas, assim como da qualidade da água, tanto litorâneas quanto fluviais. Sugerimos , entretanto que o projeto aborde também a qualidade das areias das praias, que fazem parte do complexo litorâneo.
PL 36/03	Políticas sociais	Dispõe sobre o livre acesso do cidadão às praias capixabas	Robson Vaillant (PL)	C	O projeto visa assegurar livre e franco acesso do cidadão às praias capixabas, haja vista que estas são bens da União.
PL 56/03	Políticas sociais	Dispõe sobre o prazo de três dias para atendimento e realização de exames nos hospitais públicos do Estado do Espírito Santo.	Robson Vaillant (PL)	C	A proposição visa minimizar a problemática da fragilidade do idoso , da gestante e do deficiente físico , ao estipular prazo máximo para atendimento e realização de exames nos hospitais públicos estaduais
PL 153/03	Políticas	Obriga os estabelecimentos de	Janete de	C	Reduz as desigualdades sociais; assegura aos deficientes visuais um

	sociais	alimentação a terem cardápios em braille.	Sá (PSB)		pouco mais de independência.
PL 332/04	Indicações Setoriais	"Dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão do número do Disque Denúncia nas sacolas dos hipermercados, supermercados, armazéns, quilões, padarias, distribuidoras, farmácias e drogarias no Estado do Espírito Santo".	Mesa Diretora	D	O projeto cria mais um custo para o comerciante capixaba , prejudicando sobremaneira o pequeno empresário, que muitas vezes opta por embalagens sem impressão, de custo mais acessível. Por outro lado, é de salientar-se que a embalagem é parte importante na divulgação de qualquer produto ou serviço, e iniciativas como esta acabam por ofuscar tal função. Finalmente, o setor industrial sugere que a obrigatoriedade verse sobre a divulgação do número do Disque Denúncia de forma visível na entrada dos estabelecimentos.

O apartidarismo aparece como traço marcante da instituição e no DSC abaixo ainda pode-se notar uma comparação confusa entre postura apartidária e apolítica:

Uma característica aqui da Federação é que ela é apartidária, claro que temos relações com os governos, mas isso não tem nada a ver com a Federação defender um partido e apoiá-lo. A Federação não é órgão político; então, ela não tem ligação com partidos políticos. A pessoa física que está por aqui até participa, tem articulação com a Assembléia, não como um partido político e sim como instituição. Você sabe, você pode votar em quem você quiser, agora botar cartaz do PT na instituição, nem do PSDB, nem de ninguém porque nosso estatuto diz que nós não podemos ter atividades partidária política. Quando se trata do campo político tem um cuidado maior, a federação é apolítica (DSC entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

Nesse sentido, Neves Costa (2005) faz uma interessante observação: "... a análise da concepção de política e de democracia dessas entidades¹⁰ contribui para compreender os limites em que se dava sua ação (...) apresentavam uma visão negativa em relação à política e aos agentes políticos, em especial aos partidos" (2005, p. 114). O posicionamento "apartidário" pode ser indicativo do esforço da FINDES, enquanto organização da sociedade civil, de tentar se

¹⁰ Referência a duas instituições empresariais de São Paulo: a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP).

desvincular de qualquer relação com um canal de intermediação de interesses tradicional e já bastante desgastado junto ao cidadão médio: os partidos políticos. Esta leitura é reforçada por Sergio Costa (2002), para quem “... a sociedade civil compreende um contexto de ação, ao qual se vincula aquele conjunto amplo de atores que, depois do restabelecimento dos canais liberais democráticos... não querem ser assimilados nem às estruturas partidárias nem ao aparelho de Estado” (p. 61).

Para os fins dessa pesquisa, entendemos como objetivos as metas de caráter permanente, que se definem mais diretamente como missão da instituição, sua razão de existir, e que geralmente se encontram no Estatuto. Para atingir esses objetivos, são definidas políticas que aqui entendemos como ações, que abrangem determinados períodos e metas que definem as etapas em que essas ações serão executadas e de que maneira. Já como estratégias, entendemos as formas como as políticas são postas em prática.

Os objetivos da Findes, presentes no Artigo 2º do Estatuto Social, revisto no ano de 2008, passam por três eixos centrais: 1. Amparar e defender os interesses gerais das categorias econômicas que congrega e representar essas categorias perante os poderes públicos federais, estaduais e municipais; 2. Atender aos interesses dos sindicatos filiados; 3. Procurar soluções para questões e problemas relativos à indústria.

As políticas da instituição para realização dos objetivos centrais e as estratégias para efetivá-las estão concentradas na *Agenda para o Desenvolvimento da Indústria do Espírito Santo*, referenciada pelo *Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2008/2015* desenvolvido pelo setor industrial, com metas para os anos de 2010 e 2015. O Mapa é, na visão da instituição, uma ferramenta de gestão que reflete os resultados que se espera para a sociedade capixaba e para o aumento das vantagens competitivas das indústrias no estado. Ele é visto pelos gestores da Federação como uma espécie de guia para a “implantação de uma Política Industrial para o Estado do Espírito Santo na visão da indústria” (cf. *Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2008-2015*, p.11).

A Federação entende como um dever a construção desta Agenda com a visão do empresariado sobre “quais são os melhores rumos para o aumento da competitividade do setor, e de como ela [a indústria capixaba] pode contribuir com os governos, em todos os níveis, e a sociedade em geral, na construção do desenvolvimento sustentável do Estado do Espírito Santo” (Ibidem). Ao falar em desenvolvimento sustentável do estado, a instituição entende que ele passa por 5 aspectos: geração de postos de trabalho; preservação do meio ambiente; estímulo às micro, pequenas e médias empresas capixabas; redução das desigualdades geográficas (a Grande Vitória concentra em torno de 62,8% do PIB capixaba) e recolhimento de impostos, taxas e tributos do setor para investir em melhorias na infra-estrutura estadual (cf. Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2008-2015, 2008).

O processo de construção do Mapa iniciou-se em 2006, sendo gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo – IDEIES e contando com a participação da Diretoria Executiva da Federação, presidentes, vice-presidentes e coordenadores técnicos das Câmaras e Conselhos, órgão de assessoramento da FINDES, para definição de metodologia e procedimentos para a elaboração do Mapa que seria um instrumento de suporte à Agenda.

Esse documento, definidor de políticas a médio e longo prazo para a concretização de ações voltadas para o “desenvolvimento sustentável” do nosso estado – a partir da perspectiva das indústrias –, alinhou-se com outros importantes como o Mapa Estratégico da Indústria (CNI); o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (ES 2025), documento do Governo do Estado em parceria com organizações civis capixabas; a Agenda Pró-Crescimento e Desenvolvimento da Indústria Capixaba, elaborado pela FINDES; o Plano Estratégico da FINDES 2005/2008; e o Mapa Estratégico do Sistema Indústria (CNI, SESI, SENAI e IEL) (cf. Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2008-2015).

A Federação também atuou fazendo seu Mapa Estratégico da Indústria de 2008/2015 alinhado com o plano de governo 2025, e também com o mapa estratégico da Confederação Nacional das Indústrias, CNI. É um projeto bastante audacioso, porque foi feito um estudo muito profundo envolvendo empresários, a sociedade civil organizada, o governo. O mapa estratégico

define políticas, praticamente; claro que ele não pode atuar como executivo, mas ele define as políticas as quais nós vamos defender até 2015, quando ele será revisto. Isso deu uma credibilidade para a Federação e mostrou que nós estamos alinhados ao governo em busca de soluções para o crescimento econômico do estado. É um trabalho feito pela Federação alinhado ao Plano 2025, mas ele é feito por aqui, claro, no fórum de validação, ele envolve outros atores externos, mas ele defende interesse das indústrias em prol do crescimento, geração de emprego e renda. Traçado um perfil no momento, as diretrizes foram determinadas em função da geração de emprego e renda, em função da visão do futuro, se você tem, por exemplo, uma perspectiva de crescimento na área de petróleo e gás, tem que atuar fortemente na capacitação de mão-de-obra, nas lideranças empresariais, na infra-estrutura e logística, ambiental institucional regulatório, enfim são centenas de questões que tem objetivo final, que é beneficiar a sociedade, através do IDEIES, que é uma entidade da Federação, foi feito esse trabalho de análise, de perspectiva (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

A preocupação principal da instituição seria superar gargalos existentes ou evitar novos, que possam inibir o desenvolvimento econômico e sócio-ambiental do estado, bem como aumentar as vantagens competitivas da indústria capixaba. A partir da identificação das ações estratégicas, há um plano de implementação do Mapa que seria desenvolvido pelas Câmaras Setoriais, pelos Conselhos Temáticos e pelas entidades do Sistema Findes, com o apoio do IDEIES. Os avanços na execução do Mapa e correções de rumos são periodicamente apresentados no Fórum da Indústria Capixaba.

As estratégias usadas para alcançar esses objetivos são várias. A diretoria da Federação, ela tem um conjunto de conselhos temáticos, chamados de Conselhos Superiores de Assessoria Técnica [Consat's], são conselhos que apóiam a diretoria e têm Câmaras Setoriais. As comissões temáticas [conselhos temáticos], elas tratam de cada tema específico, tem uma que trata sobre a questão do meio ambiente, por exemplo, tem para área do comércio exterior, para assuntos do legislativo, para os arranjos produtivos locais, para vestuário, para o moveleiro. Há uma interface entre as câmaras setoriais e esses conselhos temáticos. Os gargalos são temáticos, na área de meio ambiente ou infra-estrutura, certo? Então, quando os problemas são levantados e levados em articulação com as câmaras setoriais e o

conselho temático, pra fazer e ver que tipo de ação pode ser desenvolvida pra alcançar ou eliminar esse gargalo, então esses dois grupos alteram a política colocada pela direção da Federação. O IDEIES faz o monitoramento desses objetivos estratégicos em fóruns que acontecem periodicamente, se o que está sendo conduzido está correto, se o que estava previsto aconteceu, como aconteceu, como evoluiu (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

Outra estratégia é de uma maior aproximação com o associado através da capacitação de dirigentes sindicais e do fortalecimento da estrutura sindical para que possa atrair um número maior de associados.

Nós temos aqui o Centro de Apoio ao Sindicato, o CAS; dos 30 sindicatos, você tem 10 que tem sede própria, tem sua equipe profissional atuando junto ao sindicato, então os outros 20 não têm sede própria. A gente tem estimulado ao máximo seu crescimento, a melhoria dos dirigentes, a participação, capacitações de todos esses empresários associados e seus dirigentes, temos procurado ver cada município do estado, qual seu potencial, qual setor tem seu maior potencial de crescimento, qual a vocação de cada região do estado, temos feito muitas parcerias com as entidades, com o próprio governo, seja federal, estadual, municipal. Nós temos o órgão decisório maior que é o Conselho de Representantes, onde, cada um dos 30 sindicatos indica 2 conselheiros titulares e dois suplentes; é aí que as maiores decisões são tomadas. Então, esse é um trabalho que a gente tá fazendo, a gente sabe que a Federação das Indústrias só vai ser forte se seus sindicatos forem fortes, [...] nós apoiamos os sindicatos com a parte contábil, parte jurídica, meio ambiente e várias outras coisas pra justamente fortalecer os sindicatos pra que eles conseguiram um número maior de associados (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

Além disso, a instituição elenca como estratégia o investimento em formação profissional e em ações que despertem o empresariado para a importância da participação sindical. Note-se que o discurso expressa uma visão setorializada da atividade sindical – cada empresário defendendo os interesses do próprio setor –, reproduzindo assim o pensamento imediatista/individualista e, quiçá, o caráter fragmentado da prática política empresarial tradicional comentado pela literatura (DINIZ, 2000; DINIZ & BOSCHI, 2001; MANCUSO & OLIVEIRA, 2006), segundo a qual esses elementos seriam responsáveis pela ausência de ações coletivas sistemáticas e multi-setoriais no campo da “política macro”, ou seja, nas questões referentes aos interesses da sociedade como um todo.

Os conselheiros podem inserir temas dentro dessas reuniões, além de fazer pleitos. Por exemplo, o sindicato das confecções precisa formar costureiras, vão até lá, ao SENAI, fazer cursos em determinado local que tem necessidade ou até mandar uma pessoa pra se especializar [...]. [Por outro lado], nós temos que fazer os empresários tomar conhecimento de que a vida sindical é interessante, é melhor pra as empresas, tem muita gente que vai visando o interesse pessoal. Você tem que ir aberto pra trabalhar, e isso com certeza reflete na sua empresa, você tem que ir para verificar as necessidades do seu setor; tem um trabalho desenvolvido pelo IEL para formar empresários com mais noção sindical (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009. Destaques nossos).

10.4.2 – Trajetória da Instituição

Como tivemos ocasião de mencionar na revisão de literatura, o processo de industrialização brasileiro não foi acompanhado pela modernização da estrutura político-institucional herdada da Era Vargas, tendo esta moldado em grande parte as relações público-privadas existentes ainda hoje. Desta feita, as transformações sócio-econômicas ocorridas especialmente entre 1930 e 1970 foram marcadas pela *manutenção do mesmo modelo institucional*, qual seja o de um Estado centralizador e intervencionista, presidencialista e com padrões corporativistas de articulação entre Estado e sociedade (DINIZ, 2000).

Isto se explica em grande medida pelos contextos autoritários em que a modernização econômico-social, via substituição de importações, foi definida (Era Vargas: 1930-1945) e consolidada (Ditadura Militar: 1964-1985). Por sua vez, o interregno democrático (1945-1964) não rompeu com os aspectos essenciais desse modelo, que só foi seriamente questionado com a crise econômica internacional dos anos 1980.

Neste contexto, foram institucionalizados canais de acesso direto ao Estado para os setores privados, o que permitiu uma articulação mais estreita entre as classes empresariais e o Executivo, ou seja, as negociações bipolares ocorridas nos espaços privilegiados dos conselhos e comissões econômicas se desenvolviam de maneira relativamente livre tanto do jogo político (debates parlamentares, pressões partidárias, etc.) quanto do controle público (Ibidem).

Durante a ditadura militar, o referido arcabouço institucional foi apenas reforçado com o aumento do número de conselhos técnicos com representação empresarial: CMN (Conselho Monetário Nacional), CIP (Conselho Interministerial de Preços), CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico), CDC (Conselho de Desenvolvimento Comercial), etc. (Ibidem).

Este padrão de articulação público-privada foi reproduzido no Espírito Santo a partir da institucionalização dos interesses industriais com a criação, em fevereiro de 1958, da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES). No ano seguinte à sua fundação, durante o Governo de Carlos Lindenberg (1959–1963), foi instituído o *Conselho Técnico da FINDES*,

responsável pela realização de estudos nas áreas de siderurgia, geografia, agricultura industriais e realidade sócio-econômica do estado, cujo objetivo seria dar sustentação ao chamado “projeto industrializador” que sofria a oposição de determinadas forças locais favoráveis a um processo moderado de industrialização, encarado como complementar ao desenvolvimento agrícola (PEREIRA, 1998: 171-173).

Em outubro de 1960, o Governo Lindenberg criou um Grupo de Trabalho, que reuniu técnicos, secretários de governo, representantes da FINDES, Federação do Comércio e Federação das Associações Rurais para que sugerissem ao Executivo medidas que acelerassem o processo de industrialização capixaba. A própria composição deste grupo já denota a tendência à institucionalização dos interesses locais em organismos corporativos, que passam a propor políticas públicas de desenvolvimento (ibidem).

Entre os resultados dos trabalhos desse grupo, podemos citar a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODEC), responsável por estudar alternativas de desenvolvimento para o estado, elaborar programas e planos econômicos como subsídio às atividades governamentais nessa área, entre outros. Tal organismo foi composto pelo governador, todos os secretários de Estado, representantes da FINDES, Fecomércio e Federação das Associações Rurais, conforme Lei nº 1613 de 10 de fevereiro de 1961 (Ibidem: 175).

O acesso direto dos setores privados ao Estado via Conselhos, Comitês, Grupos de Trabalho e afins se manteve ao longo de toda a década de 1970 e apenas veio a sofrer alterações na década de 1980, com a crise econômica internacional e a conseqüente mudança no discurso político ideológico oficial. Em outras palavras, as dificuldades dos poderes públicos capixabas em mobilizar recursos federais para os grandes empreendimentos industriais (os chamados “Grandes Projetos”), juntamente com a nova ênfase nacional dada aos planos de estabilização econômica, levaram a restrições no intervencionismo estatal e na conseqüente queda do dinamismo da articulação entre setores públicos e privados para a formulação e implantação de políticas industriais. As instituições envolvidas nessas articulações – entre elas, a

FINDES – sofreram uma desmobilização em favor da reestruturação de novos instrumentos institucionais para apoiar o desenvolvimento industrial – desta vez, mais ligados ao campo da ciência e da tecnologia, pela busca de maior produtividade e qualidade (PEREIRA, 1998: 196-198).

A década de 80 significou, portanto, um período de esvaziamento em nível nacional das arenas institucionais de negociação e formulação das políticas setoriais até então existentes e, como resposta a esse processo, houve uma série de transformações em entidades tradicionais (corporativistas), a exemplo da FIESP e da CNI. No caso desta, em particular, houve uma reestruturação e modernização a partir dos anos 1990, no sentido de superar alguns limites estruturais em relação às novas necessidades empresariais, entre eles o peso burocrático, a dependência em relação ao Estado e a fraca representatividade exercida junto à classe empresarial (DINIZ & BOSCHI, 2001).

Com a FINDES não foi diferente: a crise da década de 80 forçou transformações na indústria capixaba que possibilitassem alguma reação à conjuntura de desemprego crescente. Neste contexto, “surgiu a moderna indústria capixaba, baseada nas micro, pequenas e médias indústrias (...), [que] acabaram absorvendo mão-de-obra e equilibrando o mercado capixaba” (FINDES, 1998: 74).

Por outro lado, houve a necessidade de modernizar a estrutura da Federação para melhor atender às novas demandas empresariais e ao mesmo tempo superar suas possíveis fragilidades. Entre essas mudanças podemos citar a transformação dos conselhos temáticos em espaços de discussão política e formulação de propostas para os diferentes setores; a tentativa de maior aproximação da entidade em relação à base representada; e o reforço de suas funções de assessoria e acompanhamento legislativo, através da Agenda Legislativa (Ibidem). Desse modo, vemos que a instituição acompanhou a tendência verificada pela literatura consultada (em especial DINIZ, 2000) de ampliação dos canais utilizados para o diálogo e a negociação com os governos locais, politizando o espaço até então meramente técnico dos conselhos temáticos e lançando mão da interlocução com o Legislativo. Sobre isso, porém, discorreremos mais detidamente no item que se segue.

10.4.3 – Redes e Poder

O conceito de sociedade civil surge no Brasil no período de transição democrática, assumindo uma importância muito mais político-estratégica, isto é, de defesa da sociedade contra o Estado autoritário, do que uma relevância analítica com vistas a explicar a sociedade de então (COSTA, 2002). Desse modo, ao final da década de 1970, o termo foi traduzido como sinônimo de participação e organização da sociedade brasileira contra o regime militar (GOHN, 2004) e, até meados dos anos 80, o conceito ainda era muito difuso, de maneira a abarcar os diferentes protagonistas do processo de redemocratização, como organizações de base, a ala progressista da Igreja Católica, o chamado “novo sindicalismo”, partidos e políticos “democráticos” e determinados setores do empresariado. Em comum, a crença de que a democracia viria amenizar os antagonismos entre governantes e governados (COSTA, 2002: 57).

Embora a estratégia tenha sido de defesa, logo se vislumbrou todo o potencial crítico que o conceito de sociedade civil poderia proporcionar, a começar pelas possibilidades de reforma da democracia liberal a partir de dinâmicas diferentes daquelas adotadas pela sociedade política (partidos, legislativo, executivo, etc.).

Contudo, as perspectivas de aprofundamento democrático a partir da sociedade civil têm pouca chance de se concretizar sem a existência daquilo que Sérgio Costa (2002) chamou de *espaço público poroso*¹¹, ou seja, um fórum aberto à participação de todos, onde os diferentes grupos sociais tenham a possibilidade de justificar e legitimar suas demandas perante o conjunto social, a fim de que sejam absorvidas principalmente pela mídia e pelos

¹¹ Sérgio Costa (2002) processa algumas influências de Habermas para definir o espaço público como a arena de ação política por excelência da sociedade civil, pois é nele que as diferentes organizações civis podem tanto expressar e difundir seus projetos políticos e visões de mundo próprios, quanto mobilizar a atenção da opinião pública para temas até então não problematizados ou para novos pontos de vista e soluções políticas para os mesmos. A sensibilização conquistada para tais temas pode provocar uma pronta intervenção política por parte dos agentes públicos, como atestam os exemplos emblemáticos dos movimentos feminista e das minorias étnicas (p. 74 em diante).

agentes públicos e, conseqüentemente, transformadas em políticas públicas – independentemente do poder econômico e políticos dos demandantes.

... a democracia representa uma forma de dominação consentida, na qual as decisões necessitam ser permanentemente fundamentadas e justificadas, dependendo sempre da anuência da comunidade política para que possam ser implementadas. Nesse processo, cabe à esfera pública um lugar central: ela se torna a arena onde se dá tanto o amálgama da vontade coletiva quanto a justificativa das decisões políticas previamente acertadas (Ibidem: 15).

A porosidade da esfera pública capixaba pode ser medida pela disponibilidade da mídia e da sociedade política local – seu núcleo dominante – em receber e processar as diferentes temáticas (demandas) trazidas pelas organizações civis do Espírito Santo. Este conjunto abarca desde associações de moradores e movimentos sociais com poucos recursos necessários à publicização e promoção do debate público de suas reivindicações, até grandes instituições como a FINDES, que dispõem de poderosos mecanismos (recursos financeiros, visuais, ideológicos, subjetivos (prestígio político dos membros da entidade), entre outros) para transformar suas demandas no foco das atenções públicas. Para contribuir com esse conhecimento, apresentamos a seguir algumas informações e discursos coletivos que nos indicam com quem, onde, como e em nome de quê atua a entidade que ora examinamos.

Um dos espaços de atuação da Findes é o Fórum das Entidades, que acontece a cada dois meses e reúne entidades como a Fecomércio, a Federação da Agricultura, a Federação dos Transportes e o Espírito Santo em Ação para discutir assuntos em comum entre si, buscando o envolvimento do Estado (Entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

Outra arena de debate e negociações utilizada pela FINDES é aquela constituída pelas Câmaras Setoriais que, em conjunto com os Conselhos Técnicos, são realizadas segundo um calendário definido anualmente. As Câmaras Setoriais são compostas pelos sindicatos patronais da indústria, instituições e entidades que desenvolvem trabalhos junto aos principais arranjos produtivos locais - APL's do ES. Entre os Conselhos Temáticos há o

COAL (Conselho Superior de Assuntos Legislativos), responsável por acompanhar e analisar as ações voltadas para a defesa dos interesses da indústria capixaba, acompanhando a tramitação de projetos de lei junto a Assembléia Legislativa do Estado do ES (ALES) e Câmaras Municipais, com a finalidade de articular apoio e/ou parceria com o legislativo, quando de interesse do segmento industrial. Entre as ações desenvolvidas por esse Conselho está a de elaborar a Agenda Legislativa da Findes, contendo o posicionamento da entidade acerca dos projetos de lei em tramitação na ALES, que envolvem as temáticas voltadas para a política industrial no estado, dentre outras (IDEIES, 2008).

No gráfico abaixo podemos observar as possibilidades de a FINDES se articular (ou não) com outras entidades, considerando a hipótese de trabalharem em prol de interesses comuns e em cooperação com o Governo do Estado. Dentro do universo constituído pelas instituições estudadas no projeto de pesquisa *Trajétórias, Redes e Poder*, notamos que os membros da FINDES por nós entrevistados expressaram a forte tendência da Federação em se articular com outras instituições patronais (FAES), com o empresariado organizado na ONG Espírito Santo em Ação, bem como com entidades identificadas com reivindicações e lutas difusas (direitos humanos, transparência nas questões de interesse público, ética, cidadania, etc.), como a OAB e a Transparência Capixaba.

Por outro lado, os entrevistados expressaram pouca afinidade com as instituições ligadas ao mundo do trabalho (SINDIFER, FETAES, Intersindical) – salvo com o SINTRACONST, com o qual afirmam trabalhar no Fórum das Federações – e com aquelas vinculadas a movimentos sociais (CPV e FAMOPES) e religiosos (CONIC), de modo a considerarem pequena a possibilidade de trabalharem em parceria. Por fim, ficou marcado o caráter apartidário da FINDES, na medida em que seus membros indicaram a improbabilidade de vinculação a qualquer partido político para a realização de projetos em comum.

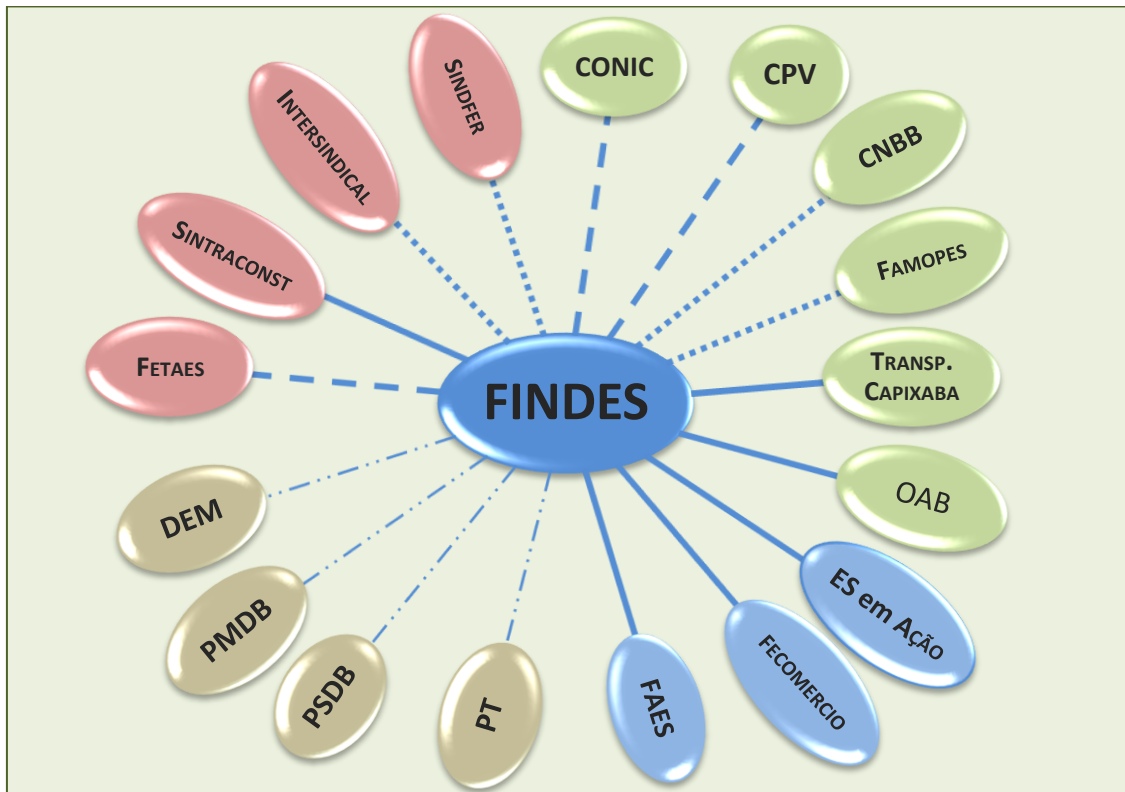


Gráfico 08 – FINDES versus Instituições/Organizações segundo o grau de articulação possível de ser estabelecido

LEGENDA

- MUITO PROVÁVEL —————
- PROVÁVEL (traço e ponto)
- POUCO PROVÁVEL - - - - -
- IMPROVÁVEL (pontilhada)

A partir do que foi dito sobre as possibilidades de articulações e/ou parceria efetiva da Findes dentro do espaço público capixaba considerado, podemos concluir preliminarmente que esta entidade, apesar das transformações empreendidas diante da crise econômica internacional dos anos 80 e do desemprego que a ela se seguiu não ousou muito em termos de mudanças em seu espectro de relações. Na verdade, ela continuou mantendo o perfil de articulações que se espera de uma organização corporativa tradicional, com pouca ou nenhuma conexão com instituições de natureza estrutural e socialmente diversas.

Neste sentido, reproduzimos a crítica feita por Diniz (2000) em relação às dificuldades do empresariado em formular novas estratégias de desenvolvimento que preservem o parque industrial nacional e a autonomia em relação à ordem internacional. Para isso, seria necessário mais que uma aliança entre empresários de diversos setores da economia – ainda que isto seja essencial para a superação da tradicional fragmentação da classe. Seria ainda fundamental, conforme a autora, superar a histórica inflexibilidade dos empresários em ceder às demandas dos trabalhadores para, a partir disso, incorporar lideranças sindicais ao redor de um projeto nacional e alternativo de desenvolvimento.

10.4.4 – Princípios que pautam as práticas da instituição e a conduta de seus membros

Por princípios entendemos valores éticos-políticos sobre os quais a instituição se baseia para desenvolver suas ações e orientar a conduta de seus membros. No âmbito dessa pesquisa, buscamos obter indicações – todavia, ainda não conclusivas – sobre se esses valores contribuem ou não para o desenvolvimento de uma cultura política democrática no Espírito Santo.

A FINDES não possui um código de ética escrito, contudo, tanto em seu Estatuto Social como em Guias elaborados para conselheiros e representantes (eleitos para órgãos de assessoramento e institucionais da Federação, respectivamente) fica claro que ela se pauta em valores ou padrões de conduta já institucionalizados entre seus membros, como referências profissionais e morais ligadas ao mundo empresarial.

Não existe código de ética, o que você tem é o conjunto de crenças e valores; código de ética escrito, no fundo no fundo é uma amplificação do que são os conjuntos de crenças e valores. Nossos princípios são baseados nas nossas crenças e valores que são: adoção de práticas de sucesso da iniciativa privada na gestão das entidades do Sistema, comprometimento com os resultados, atuação ética, atitudes honestas e profissionais, justiça e coerência nas decisões, crença em parcerias e alianças estratégicas, valorização profissional da equipe, fortalecimento do associativismo, atuação sinérgica das entidades do sistema, é isso aqui (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

Os critérios de inclusão e as regras de participação interna nos dão pistas sobre o tipo de associado que a instituição deseja ter em seus quadros e sobre as possibilidades de acesso dos mesmos ao direcionamento da entidade, respectivamente. No caso da FINDES, o sindicato que deseja filiação precisa, entre outras exigências, ser sediado no Estado do ES e possuir um mínimo de relevância econômica ou empregatícia, sendo essas relevâncias definidas no desdobramento do Artigo 6º do Estatuto Social de 2008. Os membros desses sindicatos podem ser eleitos para compor conselhos e participar da tomada de decisões importantes para a Federação e, para o cargo de diretor, é preciso ser sócio ou executivo de empresa associada e ser atuante nos sindicatos de base. O DSC abaixo aborda essa questão:

Para entrar na Federação tem que ser sindicato que representa a indústria (...). Para você participar da Federação, você tem que ser um diretor de sindicato, ter participação no seu sindicato. Você sabe que pra ser diretor tem que ser brasileiro nato ou naturalizado, residente aqui no nosso estado, não pode ser de fora. Ele não precisa ter indústria, ele precisa ser sócio ou ser executivo, no passado tinha que ser proprietário ou sócio-proprietário. Esse conceito com o tempo acabou, porque como que você vai pegar dentro da Aracruz o presidente da Aracruz, ele é dono da Aracruz? Não, ele é um executivo. Então, isso restringia muito a participação, isso foi mudado, nós tivemos diversas modificações em 89 e 90: desde que ele seja executivo de indústria e que tenha exercido, ou ele é conselheiro há mais de dois anos, ou que tenha sido, ou é diretor do sindicato, porque senão fica um negócio sem nenhuma experiência sindical (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

As possibilidades de participação interna também estão condicionadas ao conhecimento sobre o funcionamento da instituição, como ela está trabalhando e quais objetivos e metas estão perseguindo. Este conhecimento depende, por sua vez, da forma como as informações circulam, ou seja, se ficam restritas a uma minoria dirigente ou se os demais associados têm fácil e amplo acesso a elas. Esse dado pode ser conferido no DSC abaixo:

As informações são passadas de várias formas para as bases: a primeira é diretamente, porque cada sindicato tem seu representante no conselho. Têm também ações desenvolvidas pelo CAS, os sindicatos que não têm

sede própria se reúnem aqui dentro, e os assuntos são levados diretamente pela área de apoio ao sindicato. [Os assuntos dos sindicatos que estão fora (...). Tem também os sites de cada casa e de alguns sindicatos. [Assim] as decisões são transmitidas pelos conselhos e repassadas para os sindicatos por seus representantes e através dos meios eletrônicos. Temos também os informativos que circulam na FINDES (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

Este mesmo sistema vale para a prestação de contas da instituição, de cuja transparência e regularidade depende o combate à Improbidade administrativa – aqui entendida como um desvio ético à moralidade do funcionamento administrativo, isto é, a malversação dos recursos da entidade.

Nós aqui temos que fazer licitação, a gente é regido por toda a legislação pública. O representante deve prestar conta a FINDES, através do IDEIES, pelos atos praticados de acordo como é estipulado no estatuto. A prestação de contas não deixa espaço para qualquer improbidade. O SENAI e o SESI têm que prestar contas ao Tribunal de Contas, no caso de malversação de recursos. Nas outras entidades do sistema a prestação de contas é levada diretamente para as reuniões e ela é mostrada para todos os sindicatos via representante, via internet, mala direta (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e abril 2009).

10.5 – Considerações Finais

O mapeamento de alguns dos traços identitários, objetivos, estratégias de ação, alianças políticas e princípios ético-políticos da FINDES que ora apresentamos buscou lançar um pouco de luz sobre o espaço público capixaba, começando pelas questões mais preliminares: quais são as principais peças que compõem este grande quebra-cabeças e como elas se movimentam dentro do arranjo político estabelecido pelas regras do jogo democrático.

Os dados levantados nos apontam para uma mudança significativa no comportamento político do empresariado capixaba, em relação a suas práticas de atuação verificadas especialmente nos anos oitenta e noventa do século XX. Nos últimos anos, este grupo social vem assumindo uma postura mais pró-ativa no cenário político estadual, o que se evidencia na estratégia de traçar um

plano de ação estratégico para o desenvolvimento estadual para os próximos 15 anos.

Tal renovação se verifica também na inclusão de outros setores industriais à FINDES, sobretudo os emergentes das novas cadeias produtivas constituídas no ES (confeções, moveleiro, mármore e granito, entre outros). É, portanto, a partir desse novo contexto político e econômico que ganha contorno projetos da envergadura do *Mapa Estratégico das Indústrias*, cujo efeito é, em última instância, o de articular o empresariado estadual em torno de um projeto coletivo comum para o desenvolvimento econômico do ES, em conexão com a cúpula do governo estadual.

Entretanto, apesar das inovações representadas pelas Câmaras Setoriais e Conselhos Temáticos, que envolvem um número maior de atores sociais nos debates acerca de temas relevantes para a sociedade capixaba e pela Agenda Legislativa, que coloca o Legislativo local como interlocutor privilegiado da FINDES, a Federação parece ainda bastante fechada para articulações com atores sociais vinculados ao mundo do trabalho. Dessa maneira continua a reproduzir algumas das características do corporativismo tradicional, nomeadamente a defesa quase que exclusiva das demandas mais imediatas de setores sócio-econômicos específicos, restando, assim, pouco espaço para ações políticas de maior amplitude.

Este fato obscurece, inclusive, o próprio impacto possibilitado pelas Câmaras Setoriais enquanto novas arenas de articulação e negociação de interesses setoriais. Como vimos acima, a novidade destes espaços estaria justamente em sua constituição enquanto *arenas tripartites*, ou seja, nas quais não só os empresários e o Governo, mas também os trabalhadores, por meio de suas lideranças sindicais, são reconhecidos como interlocutores legítimos para a formulação de políticas setoriais, "... determinando, portanto, a ruptura da relação diádica e excludente da tradição corporativa no Brasil" (DINIZ, 2000: 20).

Em termos de valores que orientam a movimentação da instituição e de seus membros nos espaços civil e político capixabas, não identificamos mais que o esperado dentro do universo corporativo empresarial: sua conduta é pautada

basicamente por princípios identificados com o mundo dos negócios, especialmente o profissionalismo, o compromisso com a eficácia e com os resultados, além da ética e da transparência – muito apreciadas em um ambiente marcado pela competitividade.

Não é demais enfatizar, contudo, que estas conclusões são preliminares, determinadas pelo conjunto de dados – ainda modesto – que logramos reunir ao longo de um ano e meio de pesquisa. O aprofundamento das análises aqui ensaiadas – seja confirmando ou refutando tais conclusões – dependerá, daqui para diante, do mergulho mais profundo nas concepções e práticas políticas que a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo vem cultivando no contexto de rearranjo dos agentes econômicos pós-crise e de (re)democratização da sociedade capixaba.

Referências

COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília. Esfera Pública, Democracia, Configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

DAGNINO, E. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DINIZ, Eli. A busca de um novo modelo econômico: Padrões alternativos de articulação público-privado. **Revista de Sociologia e Política**, nº 14, Curitiba, junho de 2000, p. 7–28.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresários, Interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil**. Belo Horizonte: editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Reconfiguração do Mundo Empresarial: Associações de Representação de Interesses, Lideranças e Ação Política. **XXV Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 16 a 20 de outubro de 2001.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Estatuto Social e Regulamento Eleitoral**, 2007.

IDEIES. **Relatório de Atividades de 2008**. Disponível em <http://www.ideies.org.br/index.php?id=/orgaos_colegiados/index.php>. Acessado em 30/12/09.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. **Revista Lua Nova**, nº 67. São Paulo: CEDEC, 2006a, pp. 49-103.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação Política e Organizações civis: Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, n. 60, 2006b, p. 43-66.

LEFÈVRE F; LEFÈVRE, A.M.C. **Discurso do Sujeito Coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)**. 2ª Ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005, p. 13-35.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; SIMIONI, Alexandre A. C.; FERRAZ, Maria Teresa M. A. **Acessando o Discurso do Sujeito Coletivo e o Software Qualiquantisoft: Manual**. São Paulo: IPDSC, 2007.

MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Abertura Econômica, Empresariado e Política: Os Planos Doméstico e Internacional. **Revista Lua Nova**, nº 69. São Paulo, 2006, p. 147-172.

MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, nº 28. Curitiba, junho de 2007, p. 131-146.

NEVES COSTA, Paulo Roberto Neves. Empresariado, Regime Político e Democracia: Brasil, anos de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 57. Fevereiro de 2005, p. 109-207.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política Industrial e Localização de Investimentos: e o caso do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1998.

ZORZAL E SILVA, Marta. Mudanças socioeconômicas, governo representativo e Governabilidade: Impasses nas Arenas Subnacionais – o caso do Espírito Santo. In: **Revista Interface**, ano II, n. 04, 1998, pp. 95-106.

ANEXO

FINDES: ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS



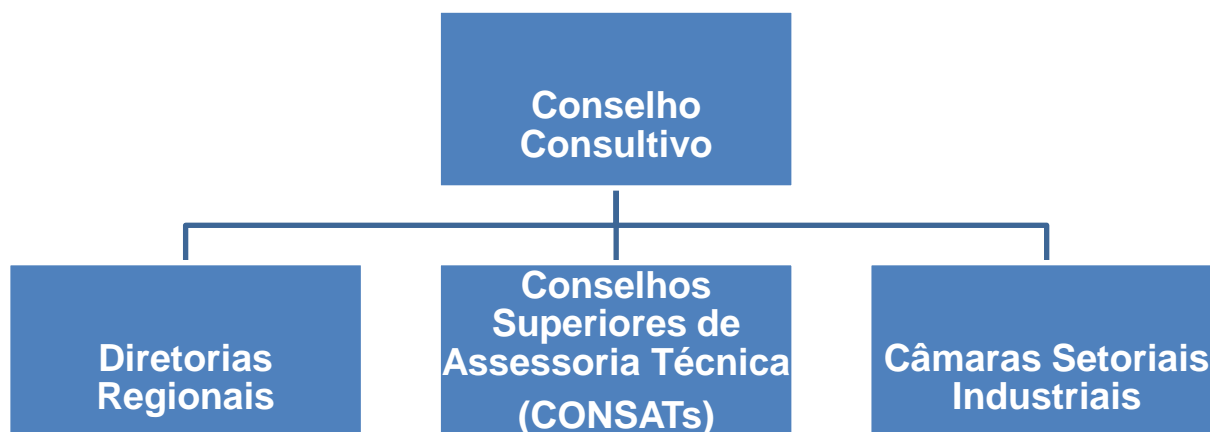
Conselho de Representantes – composto por 02 (dois) Conselheiros Representantes de cada Sindicato filiado, escolhidos geralmente por meio de Assembléia Geral para um mandato com duração idêntica ao da Diretoria do seu respectivo Sindicato. Os requisitos LEGAIS E ESTATUTÁRIOS para a investidura são: ser sócio, acionista, membro do Conselho de Administração ou administrador de indústria com poder de gestão.

Diretoria Plenária – composta por: Presidente; 1º, 2º e 3º Vice- Presidente; 1º, 2º e 3º Diretor Administrativo; 1º, 2º e 3º Diretor Financeiro e 21 Diretores. As eleições ocorrem trienalmente e são feitas pelo Conselho de Representantes, dentre os Conselheiros de representantes de Sindicatos titulares e suplentes; dentre os Diretores titulares de Sindicato patronal filiado a Findes desde que no exercício do mandato por mais de 02 (dois) anos; dentre ex-Diretores titulares de sindicatos. Não pode haver mais de 02 (dois) membros do mesmo Sindicato.

Diretoria Executiva – é composta por: Presidente; 1º, 2º e 3º Vice- Presidente; 1º Diretor Administrativo; 1º Diretor Financeiro; Diretor para Assuntos do SESI/ES; Diretor para Assuntos do SENAI/ES; Diretor para Assuntos do IEL/ES; Diretor para Assuntos do IDEIES. Os Diretores, para cada uma das entidades do Sistema Findes, serão escolhidos pelo Presidente dentre os Diretores, com exceção dos Vice-Presidentes, e os 1º, 2º e 3º Diretor Administrativo; 1º, 2º e 3º Diretor Financeiro.

Conselho Fiscal – encarregado de acompanhar o movimento econômico-financeiro da Findes. É composto de 3 titulares, que serão eleitos junto com a Diretoria Plenária pelo Conselho de Representantes. É proibida a eleição de dois membros de uma mesma representação.

ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE ASSESSORAMENTO



Conselho Consultivo – presidido pelo Presidente da Findes, constituído pelo mesmo e pelos ex-Presidentes.

Diretorias Regionais - têm seus Diretores Regionais designados pelo Presidente da Findes.

Conselhos Superiores de Assessoria Técnica (CONSATS) – têm seus Presidentes designados pelo Presidente da Findes. O conjunto dos CONSATS terá 1 (um) coordenador designado pelo Presidente da Findes.

Câmaras Setoriais Industriais – constituídas por sindicatos filiados dos arranjos produtivos economicamente mais significativos ou de grande potencial do Estado. Terão seus Presidentes designados pelo Presidente da Findes e funcionarão segundo normas emanadas dos Sindicatos que a constituem e aprovadas pelo Conselho de Representantes.

Obs.: Todos os órgãos estão subordinados a Diretoria Executiva (exceto as Câmaras Setoriais) e ao Conselho de Representantes.